



Nathalia Masson
Coordenadora

meu primeiro **CONCURSO** VOLUME ÚNICO

**Matérias básicas para concursos de
nível médio**

Direito Constitucional – Nathalia Masson

Redação Oficial, Gramática e Interpretação de texto – Luciane Sartori

Direito Administrativo – Luís Gustavo Bezerra de Menezes

Matemática e Raciocínio Lógico – Paulo Henrique (PH)

Informática – Carlos Viana

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

Capítulo 1

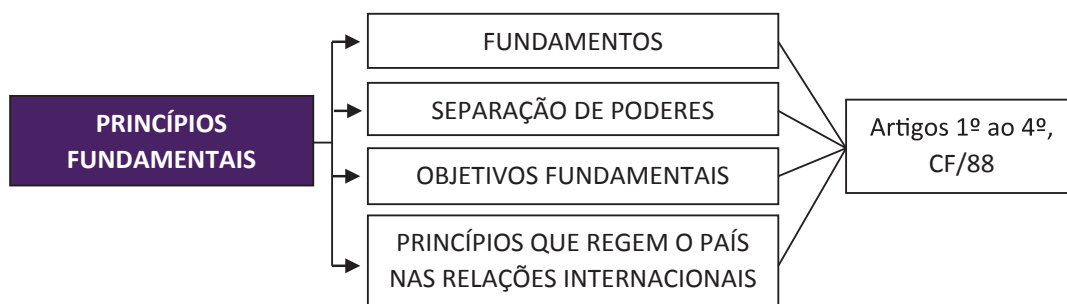
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. INTRODUÇÃO

Previstos nos artigos 1º a 4º da Constituição Federal, temos os chamados “**Princípios Fundamentais**”, que estruturam e organizam o poder político estatal. No artigo 1º temos os **fundamentos** da República Federativa do Brasil, no artigo 2º temos a consagração da **separação dos Poderes**, no artigo 3º temos os **objetivos fundamentais** e no artigo 4º temos os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas **relações internacionais**.

Deve-se ter atenção ao seguinte: os fundamentos, a separação dos Poderes, os objetivos fundamentais e os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais são **espécies de princípios fundamentais**. Vale dizer: é certo afirmar que todos os fundamentos do art. 1º são princípios fundamentais; todavia, nem todo princípio fundamental é necessariamente um fundamento (pois pode ser um objetivo fundamental, ou um princípio que rege nosso país nas relações internacionais). Do mesmo modo, é correto concluir que todos os objetivos fundamentais são princípios fundamentais, mas nem todos os princípios fundamentais são objetivos fundamentais.

Atenção ao esquema posto abaixo, que finaliza as explicações introdutórias acerca dos princípios fundamentais:



2. FUNDAMENTOS

Nos termos do art. 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos** os seguintes:

- (i) a soberania;

- (ii) a cidadania;
- (iii) a dignidade da pessoa humana;
- (iv) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- (v) o pluralismo político.

Na tentativa de auxiliar a memorização do dispositivo, indica-se a junção das sílabas iniciais de cada palavra:

SO	berania
CI	dadania
DI	gnidade da pessoa humana
VA	lores sociais do trabalho e da livre iniciativa
PLU	ralismo político

O parágrafo único do art. 1º informa que **todo o poder emana do povo** e será exercido de duas formas: diretamente pelos cidadãos (democracia direta) e indiretamente pelos nossos representantes (democracia representativa).

Vê-se que a República Federativa do Brasil, que se constitui em um Estado Democrático de Direito, abraça a **democracia participativa**, em que adotamos uma democracia representativa – em que as decisões políticas não são tomadas diretamente pelos cidadãos, mas por representantes eleitos por eles –, com a adoção simultânea de alguns institutos de participação direta do povo.

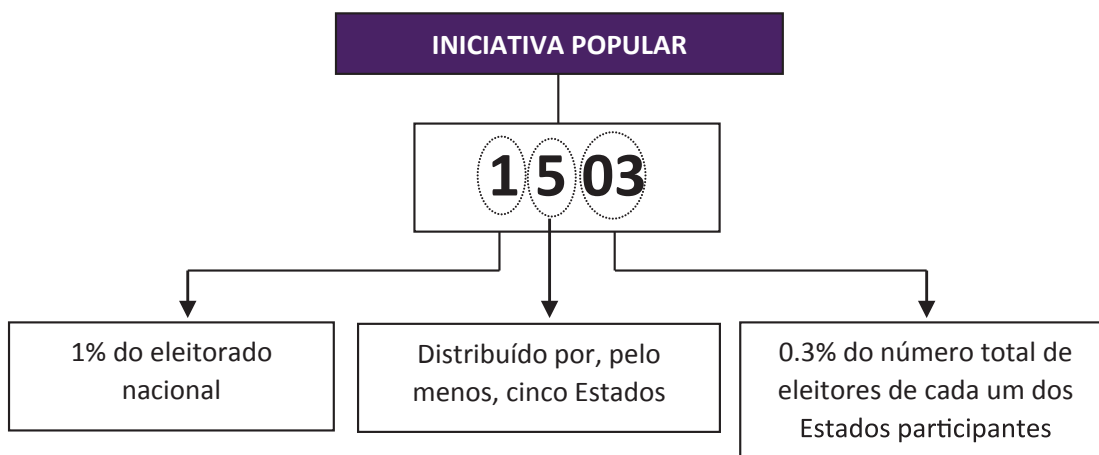
Como exemplos destes institutos de participação popular direta, podemos citar o **plebiscito** (art. 14, I, CF/88), o **referendo** (art. 14, II, CF/88) e a **iniciativa popular** para apresentação de projetos de leis (art. 14, III, CF/88).

Tanto o plebiscito quanto o referendo são mecanismos de **consulta popular** acerca de matérias relevantes. A distinção central entre eles refere-se ao **momento** do acionamento dos cidadãos: enquanto no plebiscito a consulta é feita aos cidadãos anteriormente à edição do ato legislativo ou administrativo (cabendo ao povo, por meio do voto, aprovar ou rejeitar o que lhe foi submetido), o referendo é convocado após a edição do ato legislativo ou administrativo (cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta apresentada pelo Poder Público).

Para exemplificar a utilização do **plebiscito**, temos o art. 18, §§ 3º e 4º, CF/88, que enunciam a necessidade de a população diretamente interessada aprovar em plebiscito a possibilidade de Estados e Municípios sofrerem fusão, subdivisão, incorporação ou desmembramento. Outro exemplo temos no art. 2º, ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que estabelece um plebiscito (realizado em 21 de abril de 1993) no qual o povo optou pela forma de governo republicana e pelo sistema de governo presidencialista.

Para exemplificarmos a utilização do instituto do referendo, lembremos da votação realizada em 23/10/2005, relativa ao Estatuto do Desarmamento. Naquela ocasião, discutia-se a proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil.

Sobre a **iniciativa popular** para apresentação de um projeto de lei (ordinária ou complementar) na Câmara dos Deputados, temos a previsão do art. 61, § 2º, CF/88. Este dispositivo preceitua que o projeto deve estar subscrito por, no mínimo, **um** por cento do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, **cinco** Estados, com não menos do que **três décimos** por cento de eleitores em cada um desses Estados. Para memorizar esses requisitos, veja a estrutura posta a seguir:



3. SEPARAÇÃO DE PODERES

Por seu turno, no art. 2º, CF temos a consagração da “**Separação dos Poderes**”, também intitulada “Tripartição funcional do Poder”. Diz o dispositivo constitucional que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



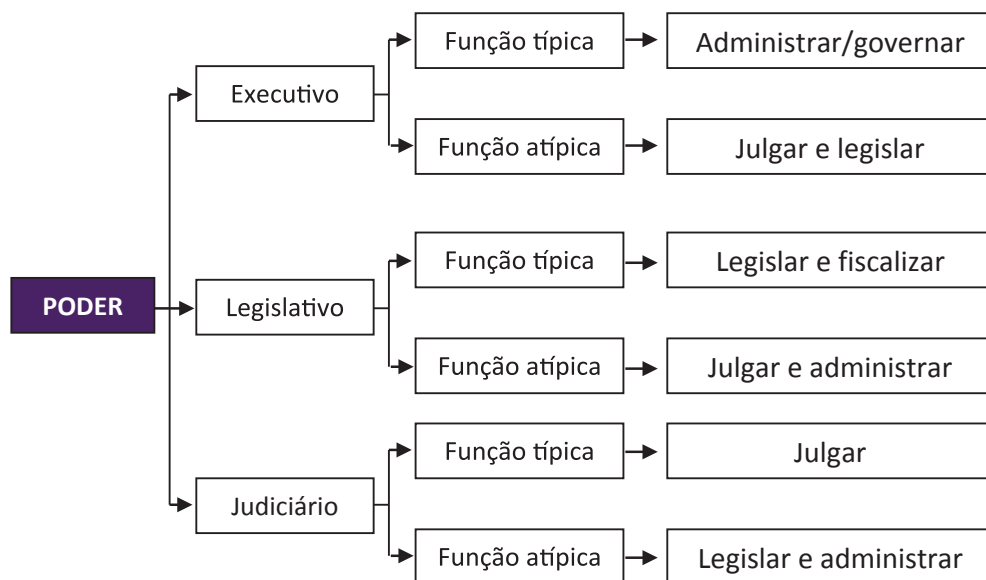
DICA

Apesar de a Constituição Federal mencionar que os três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) são Poderes da União, é bom lembrar que os Estados-membros e o Distrito Federal também os possuem, isto é, existe Poder Legislativo, Executivo e Judiciário em cada Estado e também no Distrito Federal. Quanto aos Municípios, é importante frisar que só possuem Poder Legislativo e Executivo próprio, já que não existe Poder Judiciário local.

Dizer que os Poderes são **independentes** entre si significa duas coisas: (i) uma especialização funcional: cada qual possui funções constitucionalmente delineadas, e (ii) uma independência orgânica: as tarefas serão exercidas sem que haja interferência ou subordinação a qualquer outro Poder.

Essa independência, todavia, deve ser entendida com temperamentos, já que o Estado contemporâneo não mais aceita a ideia de separação rígida. Nesse sentido, a relação entre os Poderes será construída de forma **harmônica**, permitindo que todos os Poderes exerçam todas as funções, em um sistema que é conhecido como “**sistema de freios e contrapesos**” (*checks and balances*), onde um Poder vai sempre atuar de forma a impedir o exercício arbitrário na atuação do outro.

Como decorrência direta desse sistema (em que cada Poder controla os outros dois e é por eles também controlado), temos que cada um exercerá, além das suas funções **típicas** (ou primordiais), também tarefas **atípicas** (ou secundárias). As atribuições típicas são aquelas que identificam o Poder e a sua função precípua; as atípicas correspondem às funções primárias dos outros dois Poderes. Verifique o esquema abaixo, que sintetiza essa informação:



São muitas as situações previstas no texto constitucional de verdadeira consagração do sistema de freios e contrapesos:

(i) o controle de constitucionalidade das leis realizado pelo Poder Judiciário (no qual órgãos do Poder podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei que tenha sido elaborada pelo legislador em desacordo com a Constituição);

(ii) o veto presidencial aos projetos de lei aprovados pelas duas Casas Legislativas (art. 66, § 1º, CF/88);

(iii) a possibilidade de os Deputados Federais e Senadores derrubarem o veto presidencial ao projeto de lei (art. 66, §§ 4º e 6º, CF/88);

(iv) a possibilidade de os Deputados Federais e Senadores rejeitarem a Medida provisória editada pelo Presidente da República (art. 62, CF/88);

(iii) a indispensabilidade da prévia aprovação do Senado Federal para que o Presidente da República possa nomear algumas autoridades (como por exemplo os Ministros do STF, os Ministros do STJ e o Procurador-Geral da República, conforme enuncia o art. 52, III, CF/88);

(iv) a possibilidade de o Senado Federal condenar o Presidente por crime de responsabilidade, no processo de *impeachment* (art. 52, I e parágrafo único, CF/88).



DICA

Muito embora a Constituição tenha enunciado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário como os três Poderes do Estado, sabe-se que **o Poder Político é uno**.

Assim, o que se reparte (ou se divide) não é propriamente o Poder do Estado (Poder Político) mas, tão somente, as funções deste Poder. Nesse sentido, alguns autores preferem a expressão “tripartição funcional do Poder”, ou mesmo a locução “distinção das funções do Poder Político”.

4. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Os **objetivos fundamentais** da República estão elencados no art. 3º e são os seguintes:

- (i) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- (ii) garantir o desenvolvimento nacional;
- (iii) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- (iv) promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na tentativa de auxiliar a memorização do dispositivo, indica-se a junção das sílabas iniciais de cada palavra:

CONS	tituir uma sociedade livre, justa e solidária
GA	rantir o desenvolvimento nacional
ERRA	dicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
RE	duzir as desigualdades sociais e regionais
PRO	mover o bem de todos

Nota-se que, no art. 3º, a Constituição enunciou quais são as **ações** que devem ser implementadas para que o projeto constitucional de alcançar a sociedade que desejamos (mais justa, igual, respeitosa e desenvolvida) seja alcançado. Nesse sentido, vale frisar que os objetivos fundamentais se diferenciam dos fundamentos na medida em que se acham fora da estrutura do Estado, representando algo externo a ele que se busca meio de políticas públicas e apoio da sociedade; os fundamentos, por sua vez, são inerentes à própria estrutura estatal, os pilares a partir dos quais nosso Estado se ergue.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL NAS SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os **princípios que vão nortear as relações internacionais envolvendo a República Federativa do Brasil** estão descritos no art. 4º, CF/88 e são os seguintes:

- (i) independência nacional;
- (ii) prevalência dos direitos humanos;
- (iii) autodeterminação dos povos;
- (iv) não intervenção;

- (v) igualdade entre os Estados;
- (vi) defesa da paz;
- (v) solução pacífica dos conflitos;
- (vi) repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- (vii) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- (viii) concessão de asilo político.

Vale destacar a previsão do parágrafo único do art. 4º, noticiando que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade **latino-americana** de nações.

Na tentativa de auxiliar a memorização do dispositivo, indica-se a junção das sílabas iniciais de cada palavra:

IN	dependência nacional
PRE	valência dos direitos humanos
AUTO	determinação dos povos
NÃO	intervenção
IGUAL	dade entre os Estados
DE	fesa da paz
SO	lução pacífica dos conflitos
RE	púdio ao terrorismo e ao racismo
CO	operação entre os povos para o progresso da humanidade
CO	ncessão de asilo político

6. QUESTÕES COMENTADAS

1. (2014 – FCC – TJ-AP – Técnico Judiciário) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos ...I... ; constitui um dos seus objetivos fundamentais ...II...; e rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio ...III...

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

Para resolver corretamente esta questão, o leitor deverá ter atenção ao seguinte:

- no item I o examinador quer um fundamento (ou seja, listado pelo art. 1º da CF/88; lembre-se do **SoCiDiVaPlu**);
- no item II o examinador pede um objetivo fundamental (listado pelo art. 3º da CF/88; lembre-se do **ConsGaErraRePro**);
- no item III o examinador quer um princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (isto é, listado pelo art. 4º da CF/88; lembre-se do **In-PreAutoNaoligualDeSoReCoCo**).

- a) I – a dignidade da pessoa humana / II – conceder asilo político / III – da prevalência dos direitos humanos

Nesta assertiva, apesar de a dignidade da pessoa humana ser um fundamento da República Federativa do Brasil (previsto no inciso III do art. 1º), a concessão de asilo político não é objetivo fundamental, pois representa um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso X). Nesse sentido, a alternativa não pode ser assinalada. Por fim, a prevalência dos direitos humanos é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso II).

- b) I – a cidadania / II – conceder asilo político / III – do repúdio ao terrorismo e ao racismo

Nesta assertiva, apesar de a cidadania ser um fundamento da República Federativa do Brasil (previsto no inciso II do art. 1º), a concessão de asilo político não é objetivo fundamental, pois representa um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso X). Nesse sentido, a alternativa não pode ser assinalada. Por fim, o repúdio ao terrorismo e ao racismo é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso VIII).

- c) I – a soberania/ II – construir uma sociedade livre, justa e solidária / III – do repúdio ao terrorismo e ao racismo**

Esta é a alternativa a ser assinalada. Afinal, a soberania é um fundamento da República Federativa do Brasil (previsto no inciso I do art. 1º), a construção de uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo fundamental (art. 3º, I) e o repúdio ao terrorismo e ao racismo é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso VIII).

- d) I – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa /II – defender a paz / III – da prevalência dos direitos humanos

Esta assertiva não pode ser assinalada. Apesar de a cidadania ser um fundamento da República Federativa do Brasil (previsto no inciso II do art. 1º), a defesa da paz não é objetivo fundamental, pois representa um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso VI). Por fim, a prevalência dos direitos humanos é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso II).

- e) I – o pluralismo político /II – defender a paz/ III – da prevalência dos direitos humanos

Esta assertiva também não pode ser assinalada. Apesar de o pluralismo político ser um fundamento da República Federativa do Brasil (previsto no inciso V do art. 1º), a defesa da paz não é objetivo fundamental, pois representa um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso VI). Por fim, a prevalência dos direitos humanos é princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais (art. 4º, inciso II).

2. (2014 – FCC – TRT 2ªR – Técnico Judiciário) Na Constituição Federal, a cidadania constitui:

- a) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão listados no art. 3º e a cidadania não é um deles.

- b) princípio pelo qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.

Os princípios que regem as relações da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais estão enunciados no art. 4º e a cidadania não é um deles.

c) fundamento da República Federativa do Brasil.

Conforme prevê o art. 1º, II, CF/88, realmente a cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- d) princípio referido no preâmbulo e reafirmado como princípio da Administração pública.

A cidadania não é citada no preâmbulo, tampouco é um dos princípios da Administração (que estão enunciados no art. 37, CF/88).

- e) um dos princípios gerais da atividade econômica.

Os princípios gerais da atividade econômica estão previstos no art. 170 da CF/88 e a cidadania não é um deles.

3. (2014 – IADES – TRE-PA – Técnico Judiciário) No que se refere aos princípios fundamentais constantes na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil elegeu a República como forma de Estado.

Assertiva errada, afinal a República é nossa forma de Governo. Nossa forma de Estado é a federada! Muito cuidado para não confundir: forma de governo X forma de Estado.

b) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Alternativa correta, de acordo com o art. 3º, II, CF/88.

- c) Em que pese a Federação Brasileira ser composta pela União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, é admitida a secessão deles.

Nossa forma de Estado é a federada. Isso significa que o poder político é descentralizado (não é central), o que origina as entidades federadas dotadas de autonomia (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios). O vínculo que as une é **indissolúvel**, ou seja, não é admitido o direito de secessão (de separação). Portanto, um Estado-membro não pode abandonar a federação brasileira para constituir um país novo; seria inadmissível.

- d) Dentre os fundamentos da República Brasileira, o da soberania visa colocar o Brasil em situação de superioridade, em relação aos demais estados independentes.

Assertiva errada. A soberania, no cenário internacional, assegura a independência da República Federativa do Brasil e não a superioridade. Aliás, o art. 4º, V, CF/88, consagra a igualdade entre os Estados como um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

7. QUESTÕES PARA TREINAR!

1. (2015 – FCC – TRE-RR – Técnico Judiciário) Nos termos da Constituição de 1988, são fundamentos da República Federativa do Brasil, dentre outros:

- a) soberania, cidadania e pluralismo político.

- b) cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e inafastabilidade da jurisdição.
 - c) dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e função social da propriedade.
 - d) soberania, igualdade e liberdade.
 - e) dignidade da pessoa humana, direito à vida e à saúde e fraternidade.
- 2. (2015 – CESPE – FUB – Assistente em Administração)** Julgue o item a seguir, a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos fundamentos da República Federativa do Brasil:
- A livre iniciativa, fundamento da República Federativa do Brasil, possui valor social que transcende o interesse do empreendedor, merecendo proteção constitucional apenas quando respeitar e ajudar a desenvolver o trabalho humano. Por isso, não se coaduna com a CF empreitada que deixe de assegurar os direitos sociais dos trabalhadores.
- 3. (2015 – CESPE – FUB – Assistente em Administração)** Julgue o item a seguir, a respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e dos fundamentos da República Federativa do Brasil:
- O pluralismo político, fundamento da República Federativa do Brasil, é pautado pela tolerância a ideologias diversas, o que exclui discursos de ódio, não amparados pela liberdade de manifestação do pensamento.
- 4. (2015 – FUNRIO – UFRB – Assistente em Administração)** No tocante as relações internacionais, o Brasil as rege com base em quais princípios?
- a) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos das Américas, visando à formação de uma comunidade americana de nações.
 - b) A República Federativa do Brasil buscará a desigualdade entre os Estados.
 - c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
 - d) A República Federativa do Brasil buscará a prevalência dos direitos econômicos.
 - e) A República Federativa do Brasil buscará a cooperação entre os povos para o progresso industrial.
- 5. (2015 – VUNESP – Prefeitura de Caieiras – SP – Assistente Legislativo)** Conforme o artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica:
- a) com todos os países com os quais mantém relações diplomáticas, visando ao desenvolvimento do comércio internacional.
 - b) e o intercâmbio comercial entre os países da Europa.
 - c) e também política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
 - d) e também cultural dos povos de todo o mundo, visando à formação de uma comunidade mais justa e solidária.

e) e também política dos povos das Américas, visando ao pluralismo político e à cidadania.

6. (2014 – FCC – TJ-AP – Técnico Judiciário) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos ...I... ; constitui um dos seus objetivos fundamentais ...II... ; e rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio ...III...

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

- a) I – a dignidade da pessoa humana / II – conceder asilo político / III – da prevalência dos direitos humanos
- b) I – a cidadania / II – conceder asilo político / III – do repúdio ao terrorismo e ao racismo
- c) I – a soberania / II – construir uma sociedade livre, justa e solidária / III – do repúdio ao terrorismo e ao racismo
- d) I – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa / II – defender a paz / III – da prevalência dos direitos humanos
- e) I – o pluralismo político / II – defender a paz / III – da prevalência dos direitos humanos

7. (2014 – FUNDATEC – SEFAZ-RS – Técnico Tributário da Receita Estadual) Nos termos do art. 3º da Constituição Federal, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. Garantir o desenvolvimento nacional, bem como promover o bem da maioria, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

III. Erradicar a pobreza e reduzir a marginalização e as desigualdades sociais e regionais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

8. (2014 – CESPE – TC-DF – Técnico de Administração Pública) A respeito das classificações das constituições e dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir:

Ao implementar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, os governos põem em prática objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

9. (2014 – FUNRIO – IF-BA – Assistente em Administração) Segundo os Princípios Fundamentais previstos na Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que não indica um dos seus fundamentos:

- a) A soberania.
- b) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) A cidadania.
- d) A independência nacional.
- e) O pluralismo político.

10. (2014 – VUNESP – PC-SP – Técnico de Laboratório) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possui, entre outros, o objetivo de:

- a) cooperar com outros povos para o progresso da humanidade.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) combater a escravidão, a servidão e o tráfico de mulheres.
- d) buscar a integração econômica, social e cultural dos povos da América Latina.
- e) assegurar o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

11. (2014 – CESPE – SUFRAMA – Técnico em Contabilidade) Acerca da classificação das constituições e dos princípios fundamentais, julgue os itens a seguir, considerando que a CF corresponde à Constituição Federal de 1988:

A CF propugna, de forma específica, a integração econômica, política, social e cultural do Brasil com os povos da América Latina.

12. (2014 – FCC – TRT 2ªR – Técnico Judiciário) Na Constituição Federal, a cidadania constitui:

- a) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- b) princípio pelo qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- c) fundamento da República Federativa do Brasil.
- d) princípio referido no preâmbulo e reafirmado como princípio da Administração pública.
- e) um dos princípios gerais da atividade econômica.

13. (2014 – IADES – TRE-PA – Técnico Judiciário) No que se refere aos princípios fundamentais constantes na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil elegeu a República como forma de Estado.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- c) Em que pese a Federação Brasileira ser composta pela União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, é admitida a secessão deles.
- d) O regime político vigente no Brasil é o comunista.
- e) Dentre os fundamentos da República Brasileira, o da soberania visa colocar o Brasil em situação de superioridade, em relação aos demais estados independentes.

- 14. (2014 – IBFC – TRE-AM – Técnico Judiciário)** Assinale a alternativa que NÃO apresenta princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil:
- Prevalência dos direitos humanos.
 - Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - Garantir o desenvolvimento nacional.
 - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- 15. (2014 – FCC – TRF 3ªR – Técnico Judiciário)** A dignidade da pessoa humana, no âmbito da Constituição Brasileira de 1988, deve ser entendida como:
- uma exemplificação do princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade reconhecida pela Constituição.
 - um direito individual garantido somente aos brasileiros natos.
 - uma decorrência do princípio constitucional da soberania do Estado Brasileiro.
 - um direito social decorrente de convenção internacional ratificada pelo Estado Brasileiro.
 - um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
A	V	V	C	C
6	7	8	9	10
C	A	V	D	B
11	12	13	14	15
V	C	B	C	E

SIMULADOS

SIMULADO 1

A AVENTURA DO COTIDIANO

Parábola da falta d'água:

Vivia faltando água naquela fábrica. O dono da fábrica tinha de se valer de um sujeito que lhe trazia uma pipa d'água regularmente, ao preço de três mil cruzeiros.

Um dia o tal sujeito o abordou:

— O patrão vai me desculpar, mas vamos ter de aumentar o preço. De hoje em diante a pipa vai custar cinco mil cruzeiros.

— Cinco mil cruzeiros por uma pipa d'água? Você está ficando doido?

— Não estou não senhor. Doido está é o manobreiro, que recebia dois e agora quer receber três.

— E posso saber que manobreiro é esse?

— Manobreiro desta zona, responsável pelo controle da água. Eu vinha pagando dois mil a ele, mas agora ele quer é três. Não sobra quase nada pra mim, que é que há? E está ameaçando de abrir o registro se eu não pagar.

— Abrir o registro? Que conversa é essa? Me explique isso melhor.

— Se o senhor não me pagar, eu não pago a ele. Ele deixa entrar a água e lá se vai por água abaixo o nosso negocinho.

SABINO, Fernando. Obra reunida. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 740

1. A partir da leitura do texto acima, só NÃO é possível afirmar que:

- É possível perceber a importância da água para a fábrica pela relevância da escolha do verbo auxiliar "vivia" já no segundo parágrafo do texto.
- Nas duas ocorrências do último período do texto, a palavra "água" foi empregada em um contexto simbólico como denota a abertura do texto "Parábola da falta d'água".
- Na expressão "abrir o registro", no penúltimo parágrafo, é possível perceber que a cobrança pelo serviço de fornecimento de água não é extorsivo.

- d) segundo o texto, o aumento de três para cinco mil cruzeiros a pipa de água sugere que a escassez de água é um negócio lucrativo para quem trabalha com a sua distribuição.

2. Tratando-se das funções sintáticas dos termos destacados do texto, pode-se afirmar que

- a) “O dono da fábrica...” – (l. 2-3) – objeto indireto.
b) “...Um dia o tal sujeito o abordou.” (l. 7-8) – sujeito.
c) “Você está ficando doido?” (l. 10-11) – adjunto adverbial de modo.
d) “...e agora quer receber três.” – (l. 13) – sujeito.

3. Ao tratar do direito à liberdade em suas diversas facetas, a Constituição Federal assegura

- a) a liberdade de reunião, mediante prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
b) que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
c) a liberdade de associação, condicionada à prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
d) o acesso ao ensino religioso de matrícula obrigatória nas escolas públicas.

4. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a ÚNICA opção CORRETA.

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a interceptação de comunicações telefônicas de indivíduos envolvidos em crimes graves.
b) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
c) Pessoas jurídicas de direito público não podem ser titulares de nenhum direito fundamental.
d) Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

5. Impedimento e suspeição não se confundem no que tange à competência dos atos processuais, segundo os ensinamentos da Lei nº 9.784/1999. Assim, não é um caso de impedimento:

- a) amizade íntima com algum dos interessados.
b) se houver interesse indireto na matéria.
c) esteja litigando administrativamente com o companheiro da parte interessada.
d) tenha participado como perito no processo.

6. Assinale a alternativa que representa uma característica que alguns órgãos possuem, mas que todas as entidades têm:

- a) patrimônio próprio.
- b) capacidade processual.
- c) personalidade jurídica.
- d) responsabilidade civil.

7. A Intranet sendo muito utilizada nas empresas, escritórios, escolas, etc. Um dos atributos da Intranet é o fato de ser uma rede

- a) pública que utiliza a tecnologia TCP/IP como padrão de comunicação.
- b) privada e utilizada no compartilhamento de informações entre os setores de uma organização, além disso, utiliza a tecnologia TCP/IP.
- c) particular e utilizada em âmbito das organizações privadas e o não usa da tecnologia TCP/IP, sendo sua diferença precursora Internet.
- d) pública e desenvolvida para compartilhamento de informações de empresas, organizações privadas e instituições dessa classe.

8. O botão  no Microsoft Word

- a) Insere elementos gráficos para comunicar informações visualmente.
- b) Move o ponto de inserção para a página seguinte.
- c) Permite baixar produtos na loja de suplementos.
- d) Modifica as referências nas quebras.

9. De acordo com a sequência 'R A C I O C I N I O R A C I O C I N I O R A C ...', antes de colocarmos a 99ª letra, quantas letras I estarão nessa sequência?

- a) 26.
- b) 27
- c) 28
- d) 29

10. A professora Renata aplicou sua prova de inglês em sua sala de aula com 50 alunos. Quando foi corrigir, verificou que duas provas estavam idênticas, inclusive com os mesmos erros de gramática. Indignada, fez uma reunião de classe para descobrir quem tinha colado na prova e chegou à conclusão que o culpado estaria entre 5 alunos: Kadu, Bárbara, Hector, Talula e Guilherme. Assim, ela perguntou aos 5: "Quem colou na minha prova?"

As respostas foram:

Guilherme: "Não foi eu"

Talula: "O Kadu que colou".

Kadu: "A Bárbara que colou".

Hector: "A Talula mentiu"

Bárbara: “O Guilherme disse a verdade”.

Renata, sabendo que uma pessoa estava mentindo e que as outras estavam falando a verdade, pôde concluir que quem colocou na prova foi

- a) Guilherme.
- b) Talula.
- c) Kadu.
- d) Bárbara.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
A	B	B	B	A
6	7	8	9	10
B	B	B	D	D

SIMULADO 2

1. O acento indicativo de crase está corretamente empregado em

- a) O dono da fábrica recebia água à preço barato.
- b) A água não supria à carência da fábrica.
- c) Vínhamos suportando necessidade à pipa d’água.
- d) O consumo era referente à necessidade do dono da fábrica.

2. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:

- a) A presença maciça, em nossas telas, de tantas ficções, não nos devem fazer crer que sejamos capazes de sonhar mais do que as gerações passadas.
- b) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- c) Segundo a assessoria, o problema do atraso foi resolvido em pouco mais de uma hora, e quem fazia conexão para outros Estados foram alojados em hotéis de Campinas.
- d) A lista brasileira de sítios arqueológicos, uma vez aceita pela Unesco, aumenta as chances de preservação e sustentação por meio do ecoturismo.

3. Nossa Constituição disciplina que a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, ressalvados os casos nela previstos. Desta forma, o

próprio texto constitucional prevê que alguns cargos somente poderão ser ocupados por brasileiros natos. Nos termos do art. 12, CF/88, o cargo abaixo que pode ser ocupado por brasileiro naturalizado é:

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) Membro da Carreira Diplomática.

4. Aristeu, cidadão naturalizado brasileiro, foi preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecentes. Nos termos do que estabelece a Constituição da República, Aristeu

- a) não poderá ser extraditado, em decorrência desse crime.
- b) somente poderia ser extraditado se o crime tivesse sido cometido antes da naturalização.
- c) em razão da gravidade do crime, poderá ser imputada a ele a pena de banimento.
- d) terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

5. João, servidor público federal, deixou de praticar ato de ofício. Nesse caso, podemos afirmar:

- a) poderá ser responsabilizado por improbidade administrativa, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- b) poderá sofrer a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 4 anos.
- c) poderá sofrer multa civil de até três vezes o valor do dano ao erário.
- d) a infração não pode ser enquadrada como improbidade administrativa.

6. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) segundo Maria Sylvia Di Pietro, o controle finalístico é uma forma de controle interno.
- b) o Poder Judiciário realiza controle de mérito, no desempenho de sua função jurisdicional.
- c) quando o Poder Legislativo anula ato que exorbita o poder regulamentar, temos um exemplo de controle interno.
- d) o controle externo da Administração Pública Federal é exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

7. A arquitetura utilizada como padrão de comunicação na Internet é

- a) URL.
- b) TCP.
- c) HTTPS.
- d) TCP/IP.

8. Considere a seguinte planilha:

	A	B	C
1	5	3	
2	1	2	
3			

Apenas a célula A1 contém uma fórmula, nas demais não foram inseridas fórmula alguma. Sabendo-se disso, a fórmula digitada na referência A1 foi:

- a) =\$A2+2*B\$2
- b) =\$A2+2*B\$@2
- c) =\$A2+\$2*B\$2
- d) =\$A2+2B2

9. Sabendo que os anos de 2015 e 2017 não são bissextos, mas 2016 é, se o dia 01 de janeiro de 2015 foi uma quinta-feira, o dia 01 de janeiro de 2018 será:

- a) segunda-feira.
- b) terça-feira.
- c) quinta-feira.
- d) sábado.

10. A afirmação que é logicamente equivalente à afirmação: “Se eu jogo futebol, então gosto de praticar esportes” é

- a) Se eu não jogo futebol, então não gosto de praticar esportes.
- b) Se eu gosto de praticar esportes, então jogo futebol.
- c) Se eu não gosto de praticar esportes, então não jogo futebol.
- d) Se eu não gosto de praticar esportes, então jogo futebol.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
D	D	A	D	B
6	7	8	9	10
D	D	A	A	C

SIMULADO 3

1. Assinale a alternativa em que há erro de regência verbal.

- a) Os melhores momentos de felicidade residem com a chegada do equilíbrio menta.
- b) Quando se desativa uma linha de trem, estão-se isolando muitas localidades que perderão o único meio de transporte que dispõem.
- c) Era uma noite calma que as pessoas gostavam, nem fria nem quente demais.

d) Em todos os recantos do sítio, as crianças sentem-se felizes, porque aspiram o ar puro.

2. Somente num dos períodos abaixo a acentuação gráfica está correta. Indique qual:

- a) Quando se separam duas pessoas que constróem um lar juntos mas brigam muito, o divórcio sai mais rápido, mas nem por isso doi menos.
- b) Coçá-lo é bem doído; é seriíssimo, sem dúvida.
- c) A viúva (te-la-ia o juiz chamado pelo nome?) e os filhos do empregado vítima do acidente querem assistência judiciária gratuita e indenização por prejuízos sofridos.
- d) Considerando o imóvel (três dormitórios, dependência de empregada, gás, equipamento de video, infraestrutura de apoio, padrão do edifício), verifica-se a defasagem do valor do aluguel.

3. José, 21 anos de idade; Carlos, 23 anos de idade; e Renan, 34 anos de idade, no pleno exercício dos seus direitos políticos, pretendem concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições de 2018. Assim, José, Carlos e Renan poderão concorrer, respectivamente, aos cargos de

- a) Senador – Deputado Federal – Governador.
- b) Deputado Federal – Deputado Estadual – Vice-Governador de Estado.
- c) Governador – Senador – Vice-Presidente da República.
- d) Vice-Presidente da República – Governador – Presidente da República.

4. Thereza, médica, é casada com J. Victor, Prefeito do Município “Y” do Estado de Minas Gerais, não sendo titular de qualquer mandato eletivo. No curso do mandato de J. Victor, eles dissolvem o vínculo conjugal por meio de divórcio devidamente homologado pelo Poder Judiciário. Thereza pretende concorrer no próximo pleito municipal a um cargo eletivo no Município “Y”. Neste caso, Thereza

- a) poderá concorrer normalmente ao cargo de Vereadora, mas é inelegível para os cargos de Prefeita e Vice-prefeita do Município.
- b) não poderá concorrer a cargo eletivo no Município Y, por ser inelegível, nos termos da Constituição Federal e da súmula vinculante 18 do STF.
- c) poderá concorrer normalmente aos cargos de Prefeita, Vice-prefeita ou Vereadora do Município, sem qualquer restrição.
- d) poderá concorrer normalmente aos cargos de Prefeita, Vice-prefeita ou Vereadora do Município desde que a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido há mais de seis meses antes do pleito.

5. Assinale a alternativa que representa uma característica do pregão:

- a) modalidade aplicável somente para União Federal.
- b) utiliza como critérios de julgamento o menor preço ou a melhor técnica.
- c) inversão das fases de habilitação e julgamento.
- d) lances verbais e sucessivos entre aquele que ofereceu a menor proposta e até aqueles com 20% a mais.

6. A Lei nº 8.112/1990 prevê, dentre as hipóteses de licenciamento do servidor, a concessão de licença para atividade política e de licença para tratar de interesses particulares. Sobre tais atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) o primeiro é ato discricionário e revogável; o segundo é ato vinculado e irrevogável.
- b) o primeiro é ato vinculado e irrevogável; o segundo é ato discricionário e revogável.
- c) ambos são atos discricionários e revogáveis.
- d) ambos são atos vinculados e irrevogáveis.

7. A célula I1 do trecho exibido na planilha abaixo, recebeu a fórmula = $G1+H1$

	G	H	I
1	7	9	16
2	12	11	
3	17	5	

O usuário selecionou I1 e combinou as teclas CTRL + C. Em seguida, colou o conteúdo recém copiado da célula I1 na célula I3. Qual será o retorno de I3 após esta sequência de ações?

- a) 12
- b) 16
- c) 22
- d) 26



8. A opção **Ortografia e Gramática** permite que o Word 2013 verifique possíveis erros gramaticais no documento em edição. A tecla de atalho utilizada para tal botão é

- a) Shift + F3
- b) F5
- c) F6
- d) F7

9. A frase “Eu ainda gosto dela, mas ela já não gosta tanto assim” tem como negação lógica a seguinte frase:

- a) Eu não gosto dela e ela gosta de mim.
- b) Ela gosta tanto assim ou eu ainda não gosto dela.
- c) Se eu não gosto dela, então ela gosta tanto assim.
- d) Se ela gosta tanto assim, então eu ainda gosto dela.

10. Analisando a afirmação “Toda pessoa doente precisa de um médico”, podemos concluir que, caso ela seja falsa, a afirmação ficaria:

- a) Não há médicos doentes.

- b) Nenhuma pessoa doente precisa de médico.
- c) Existe uma pessoa doente e ela tem um médico.
- d) Há pelo menos uma pessoa doente que não precisa de medico.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
D	B	B	B	C
6	7	8	9	10
B	D	D	B	D

SIMULADO 4

1. A grafia e o emprego da palavra grifada estão respeitados na seguinte frase

- a) Se o por quê da importância primitiva de Paraty estava na sua localização estratégica, a importância de que goza atualmente está na relevância histórica pela qual é reconhecida.
- b) A reunião foi suspensa por uma hora porque os participantes davam mostra de cansaço e de desatenção.
- c) Sem conhecer seus direitos, os indivíduos não saberão dispor dos instrumentos nem apresentar razões porque reivindicar sua efetiva aplicação.
- d) Por que era inadmissível aquele comportamento, foi penalizado com uma multa de 2 salários.

2. Está ADEQUADO o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar nos limites da racionalidade e da justiça.
- b) A necessidade de bajular o poder é um vício de que muita gente da imprensa não consegue se esquivar.
- c) A conectividade está nos conduzindo a um destino com o qual ninguém se arrisca a prever.
- d) O cronista considera que nossas necessidades permanentes, nas quais alude no último parágrafo, disfarçam-se em meio a tantas conexões.

3. Acerca da organização do Estado e das competências legislativas previstas na Constituição Federal, todas as alternativas são INCORRETAS, com a EXCEÇÃO de uma, assinale-a:

- a) ao Distrito Federal serão atribuídas as competências legislativas reservadas à União, aos Estados-membros e aos Municípios.
- b) cabe à União legislar privativamente sobre direito urbanístico.
- c) é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre direito penal, civil, processual, comercial, trabalho, dentre outros.
- d) Os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) são dotados de autonomia, enquanto a República Federativa do Brasil goza de soberania. Os territórios federais, por outro lado, não são entes autônomos, pois integram à União.

4. Sobre os Estados-membros, assinale a ÚNICA opção correta:

- a) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) É possível a edição de medida provisória para regulamentar a exploração pelos Estados-membros do serviço local de gás canalizado.
- c) É vedada expressamente pela Constituição Federal a iniciativa popular no processo legislativo estadual.
- d) As regras constitucionais sobre inviolabilidade e imunidades dos Deputados federais não são aplicáveis aos Deputados estaduais.

5. Com relação à responsabilidade civil na atuação estatal, considere as seguintes afirmações:

- I. Em ação de responsabilidade por dano causado a particular, o ente público réu pode buscar a responsabilização do agente público autor do dano, por ação regressiva imprescritível.
 - II. O regime de responsabilidade objetiva da pessoa jurídica prestadora de serviços públicos pelos danos que causar em razão de sua atividade se aplica tanto em favor de usuários do serviço prestado quanto em favor de terceiros não-usuários.
 - III. A responsabilidade civil do Estado poderá decorrer de condutas omissivas ou comissivas
- a) somente I é correto.
 - b) somente II é correto.
 - c) somente III é correto.
 - d) todos os itens estão corretos.

6. O servidor público quando instado pela legislação a atuar de forma ética, não tem que decidir somente entre o que é legal e ilegal, mas, acima de tudo entre o que é honesto e desonesto. Esta passagem do Código de Ética relaciona-se mais diretamente com o princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.

- c) Probidade.
- d) Razoabilidade.

7. Acerca de navegadores, julgue o item a seguir.

Os cookies são arquivos executáveis que armazenam as preferências do usuário em sua navegação na internet, facilitando o uso e diminuindo o tempo de carregamento de página. Devida a sua natureza executável e seu propósito de facilitar a vida do usuário, este não é vírus.

8. Um usuário, utilizando o Windows Explorer do Windows 8, arrastou com mouse um arquivo da pasta pessoal localizada em c:\pessoal\ para outra pasta chamada pessoal localizada em d:\pessoal\. Caso o usuário faça o mesmo procedimento com outro arquivo, mas desta vez pressionando e mantendo pressionada a tecla CTRL enquanto arrasta os arquivos entre as pastas supracitadas, o que ocorrerá?

- a) Erro de sistema, pois os arquivos estão duplicados.
- b) O arquivo será movido da pasta de origem para pasta destino.
- c) O arquivo será copiado para a pasta destino.
- d) O sistema irá pergunta se o usuário deseja duplicar o arquivo.

9. Observe a tabela-verdade a seguir:

P	Q	R	$(P \vee Q) \Leftrightarrow (P \wedge R)$
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

Os valores lógicos da proposição $[(P \vee Q) \Leftrightarrow (P \wedge R)]$, de cima para baixo, será:

- a) VFVFFFVV
- b) VFVFVFVF
- c) FFVVVFVF
- d) VVFFVFVF

10. A montadora de carros de luxo Beleza Pura teve um ano magnífico, com um lucro de R\$ 50.000,00. Por isso, os proprietários resolveram dividir 20% do lucro entre seus 3 funcionários sêniores, em partes diretamente proporcionais aos tempos de serviço. Sabendo que José tem 4 anos a mais de empresa que Joaquim, que Manoel trabalha na montadora há 8 anos e que ele recebeu R\$ 4.000,00, é possível concluir que:

- a) José é o mais antigo na empresa.
- b) Joaquim recebeu R\$ 3.000,00.

- c) Somando os valores recebidos de José e Manoel, eles receberam 75% da quantia total.
 d) José recebeu R\$ 4.000,00.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
B	B	D	A	D
6	7	8	9	10
C	F	C	A	D

SIMULADO 5

1. Está correto o que se afirma a respeito da pontuação em:

- a) É uma escolha que deveria nos deixar mais livres. (Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após que, sem prejuízo para a correção).
 b) Renovar sistematicamente os quadros é um princípio de gestão importante para as empresas. (Seria adequada a colocação de uma vírgula imediatamente depois de quadros).
 c) Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César ... (O segmento em destaque poderia ser isolado por vírgulas, sem prejuízo para o sentido e a correção).
 d) Em “Mas o que eu gostaria de mostrar, antes de tudo, é a que ponto a astronomia ...” (as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção).

2. Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma abaixo.

- a) Agregou-se ao cotidiano de Nova York, a despeito das medidas de segurança, sentimentos de medo e desconfiança generalizados. (Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal).
 b) No trecho “está diminuindo a nossa capacidade de concentração e contemplação profundas...” (a estrutura ficaria incorreta caso o termo “profundas” estivesse no singular).
 c) Em “A tradição se tornou um arquivo atemporal ...” (o pronome também pode ser colocado após a forma verbal, visto que se trata de verbo com sujeito explícito).
 d) Se a inflação recrudescer, o governo consumirá capital político. (A oração destacada pode ser classificada como subordinada adverbial temporal).

3. A respeito do Poder Executivo, é CORRETO afirmar, EXCETO:

- a) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- b) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) O Presidente da República pode delegar todas as suas atribuições (do art. 84, CF) aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

4. Em relação à inovação da ordem constitucional que instituiu a chamada Súmula Vinculante, é CORRETO afirmar que:

- a) somente os Tribunais Superiores podem editá-la; lembrando que elas podem ser canceladas, mas é vedada a mera revisão.
- b) a proposta para edição/revisão/cancelamento da súmula vinculante pode ser apresentada no STF pelos legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Se o Governador de um Estado-membro desejar se insurgir contra súmula vinculante que, a seu juízo, foi formulada com enunciado normativo que extrapolou os limites dos precedentes que a originaram, poderá propor, no STF, uma reclamação.
- d) desde que haja reiteradas decisões sobre matéria constitucional, o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, aprovar a Súmula mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.

5. O princípio que impede que a Administração atribua o objeto licitado a outrem que não o vencedor da licitação é a (o):

- a) competitividade.
- b) julgamento objetivo.
- c) vinculação ao instrumento convocatório.
- d) adjudicação compulsória.

6. Serviço público de natureza exclusiva e, no tocante ao regime de prestação, deve ser classificado como uti universi. Refere-se ao serviço

- a) educacional.
- b) de fornecimento de energia.
- c) postal.
- d) de limpeza dos logradouros públicos.

7. Acerca de navegadores, julgue o item a seguir.

Os complementos agregam funcionalidade extra aos navegadores web, permitindo assim, por exemplo, que se visualizem vídeos do *youtube* ou mesmo que se abram arquivos PDF direto no navegador.

8. São programas que espionam a rotina do usuário, enviando informações pessoais sem autorização da vítima, estamos falando de (o)

- a) Spam.
- b) Firewall.
- c) Spyware.
- d) IDS.

9. Sabendo que:

- a razão entre a idade de Alberto e Carol é igual à razão entre o dobro de seus pesos;
- Alberto tem 32 anos, Carol tem 24 anos;
- o peso de Alberto é 60 kg.

Assim, o peso de Carol é igual a:

- a) 33 kg.
- b) 35 kg.
- c) 45 kg.
- d) 40 kg.

10. Em um grupo de 600 alunos cadastrado sem um site para concursos, quantos deles são, ao mesmo tempo, cearenses, estudantes de Direito e torcedores do Flamengo, sabendo que:

- 285 são estudantes de Direito, 240 são cearenses, 220 são torcedores do Flamengo e 95 estão fora de todos esses grupos;
- existem 95 cearenses estudantes de Direito e 100 são torcedores do Flamengo e estudam Direito;
- entre os cearenses, 105 são torcedores do Flamengo.

- a) 105.
- b) 60.
- c) 80.
- d) 95.

GABARITO DAS QUESTÕES				
1	2	3	4	5
D	C	D	B	D
6	7	8	9	10
D	V	C	C	B

